



575
el

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO - RIO
DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

COTA n. 00080/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU

NUP: 33902.094083/2011-46

**INTERESSADOS: ANS - DIGES - GGAFI - GERÊNCIA GERAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ASSUNTOS: LICITAÇÕES**

Ao Dr. **Dilson Jorge Mascarenhas dos Santos**, para exame e manifestação
jurídica.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2016.

CHARLES SANTOS FRANCO
GERENTE DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - SUBSTITUTO
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em
<http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP)
33902094083201146 e da chave de acesso 9a55f754

ENDIANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO -
RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

PARECER n. 00093/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU

NUP: 33902.094083/2011-46

**INTERESSADOS: ANS - DIGES - GGAFI - GERÊNCIA GERAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS e Núcleo da ANS de Fortaleza/CE**

ASSUNTOS: LICITAÇÕES - prorrogação de vigência contratual.

EMENTA:

I - Contrato nº 23/2011. Locação de imóvel SALA PAVIMENTO 23 no 23º pavimento do Edifício Etevaldo Nogueira Business para atender as necessidades do Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS de Fortaleza/CE..

II - Prorrogação da vigência contratual. Art. 65 c/c art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. RA nº 47/2011. Análise do Procedimento.

III – Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato. Opina-se pela aprovação da contratação atendendo as recomendações constantes do presente parecer.

Senhor Gerente de Consultoria Administrativa,

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de contratação celebrada entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pessoa jurídica Construtora Etevaldo Nogueira Ltda., que tem por objeto a Locação do imóvel comercial SALA PAVIMENTO 23 no 23º pavimento do Edifício Etevaldo Nogueira Business, localizado na Av. Dom Luís, 807, Bairro Meireles, Fortaleza/CE para atender as necessidades do Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS de Fortaleza/CE, conforme consta da cláusula primeira do instrumento contratual, fls. 469/476.

2. A contratação foi formalizada por meio do Contrato Administrativo nº 23/2011, assinado em 27/06/2011 (fl. 476), com vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, mediante acordo expresso entre as partes, conforme disposto na cláusula terceira do referido instrumento (fl. 470).

3. Nesta oportunidade, os autos vieram para análise da minuta do Primeiro

Termo Aditivo ao Contrato, fls. 565/565v, que visa à prorrogação da vigência contratual, por mais um período de 60 (sessenta) meses, a contar de 27/06/2016, conforme previsão constante da cláusula primeira do termo aditivo em questão (fl. 565).

4. A Administração demonstrou interesse na prorrogação do contrato com o Ofício ADMCE 85/2016/NÚCLEO-CE/ANS de 26 de fevereiro de 2016 (fls. 499/499v), Despacho Núcleo/CE 06/2016 de 28 de março de 2016 (fls. 554/557), Relatório 135/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 18 de abril de 2016 e declarou o efetivo interesse da contratada (Carta Resposta - fl.537), apresentando as justificativas que motivam a manutenção do Contrato.

5. A vantajosidade foi aferida pela Administração por comparação de preços em pesquisa com empresas do ramo e preços pesquisados de imóveis à disposição para alugar e imóveis alugados por órgão(s) público(s) e empresas conforme especificado no item 4 do Despacho Núcleo/CE 06/2016 de 28 de março de 2016 (fls. 555/555v).

6. Os recursos orçamentários para fazer face à despesa foram indicados por meio do documento Disponibilidade Orçamentária nº 127/2016/CPOR/GEFIN/GGAFI/DIGES, fl. 572.

7. A prorrogação do Contrato nº 23/2011 foi autorizada pela Gerência-geral de Administração e Finanças - GGAFI, fl. 574.

8. Os autos foram remetidos a esta Gerência de Consultoria Administrativa pela Gerência-geral de Administração e Finanças - GGAFI, fl. 574, para análise e parecer, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

ANÁLISE

9. Ressalta-se, de início, que a presente apreciação limitar-se-á ao caráter jurídico da matéria, não sendo considerados os aspectos negociais ou de ordem técnica, tais como a discriminação do objeto, requisitos de capacidade técnica e regularidade financeira, dentre outros ou interpretação de conceitos jurídicos indeterminados a cargo dos órgãos competentes, conforme o disposto no art. 2º da Instrução de Serviço PROGE nº 02, de 15 de outubro de 2002, passaremos ao que segue.

PROCEDIMENTO - Autorização da Diretoria Colegiada - Valor Mensal

10. A Administração deverá se conduzir em conformidade ao previsto no Decreto nº 7.689/12, solicitando a autorização pertinente para a celebração da contratação, haja vista a previsão de valor superior a 10 (dez) mil reais para o aluguel mensal, nos termos do art. 4º do citado decreto, *in verbis*:

Art. 4º A celebração de contratos de locação ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, deverá ser autorizada pelo ministro de Estado ou pelo secretário-executivo, ou equivalente, do órgão respectivo, vedada a delegação de competência.



11. Com o fim de regulamentar a autorização para prorrogar contratos de que trata o Decreto nº 7.689/2012, assim estabelecem o art. 7º e por extensão o parágrafo único e item X do art. 4º da Portaria MS nº 1338/2012, :

Art. 7º Para a celebração de novos contratos de locação de imóveis ou prorrogação dos contratos de locação de imóveis em vigor, será necessária a autorização da Secretária-Executiva, no caso do Ministério da Saúde, ou autoridade equivalente, no caso de entidade vinculada ao Ministério da Saúde, sempre que a despesa supere o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês.

Art. 4º ...

(...)

X - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

.....

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a autoridade máxima da entidade vinculada ao Ministério da Saúde for exercida por direção colegiada, a autorização para contratação deverá ser outorgada pelo referido órgão colegiado, na forma que estabelecer o seu regimento interno, respeitadas as regras previstas nesta Portaria.”

12. Nesse mesmo sentido, entendemos que a referida autorização deverá ser da Diretoria Colegiada nos termos do art. 9º da Portaria MPOG 249/2012.

Art. 9º Nas hipóteses em que a autoridade máxima do órgão ou entidade for exercida por direção colegiada, a autorização para contratação deverá ser outorgada pelo referido órgão colegiado, na forma que estabelecer o seu regimento, respeitadas as regras previstas nesta Portaria.

PROCEDIMENTO - Autorização da Diretoria Colegiada - Valor

Total

13. A Administração também deverá se conduzir em conformidade ao previsto no Decreto nº 7.689/12, **solicitando a autorização pertinente para a celebração da contratação, dessa vez por que a previsão de valor superior a 1 (um) milhão de reais**, nos termos do art. 2º caput e §2º, inciso I do citado decreto, *in verbis*:

“Art. 2º A celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio devem ser autorizadas expressamente pelo respectivo ministro de Estado.

(...)

§2º. Para os contratos com valores inferiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada ou subdelegada, exclusivamente:

I - ao secretário-executivo, ou autoridade equivalente, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, ficando vedada a subdelegação para os contratos com valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)";

14. Esclarecemos que a referida autorização deverá ser da Diretoria Colegiada nos termos do art. 9º da Portaria MPOG 249/2012.

DA PRORROGAÇÃO

15. Em relação a possibilidade de prorrogação do contrato de locação ora em análise ressaltamos, em princípio, que o mesmo é juridicamente admissível, não estando sujeito, entretanto, ao limite de prazo previsto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, tendo em vista o disposto no art. 62 § 3º da Lei nº 8.666, de 1993 e que não faz menção ao art. 57 desta mesma lei e, ainda, o disposto na Orientação Normativa da AGU ON nº 06, de 01 de abril de 2009 abaixo transcrita:

"A vigência do contrato de locação de imóveis, no qual a Administração Pública é locatária, rege-se pelo art. 51 da Lei nº 8.245, de 1991, não estando sujeita ao limite máximo de sessenta meses, estipulado pelo inc. II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993."

16. Entretanto, considerando-se que o "Estado publiciza tudo o que toca", incorporando, absorvendo, trazendo consigo normas de Direito Público para suas relações e contratos que participa, mesmo que predominantemente de ordem privada, tanto a melhor doutrina quanto o Tribunal de Contas da União TCU entendem que, independentemente da discussão acerca da natureza jurídica do contrato de locação (se os mesmos são híbridos ou regidos unicamente por normas do regime de direito privado), para que a prorrogação dos mesmos possam ocorrer devem ser atendidos e respeitados, pelo menos, os seguintes requisitos mínimos.

- 1. ✓ o Constar previsão expressa no Edital, Termo de Referência ou contrato;
- 2. ✓ o Não houver solução de continuidade nas prorrogações
- 3. ✓ o A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 4. ✓ o O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;
- 5. ✓ o A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação
- 6. ✓ o For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação, não tendo a contratada sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos ;
- 7. ✓ o Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
- 8. ✓ o Houver previsão orçamentária;
- 9. ✓ o Estiver previamente e formalmente autorizada pela autoridade competente.

17. Com relação ao primeiro requisito, a cláusula terceira do contrato nº 23/2011 (fl. 470) dos autos prevê expressamente a prorrogação do prazo de vigência por igual período do contrato, que corresponde a 60 (sessenta) meses.

578
C

18. Com relação ao segundo requisito, salientamos que a Orientação Normativa nº 03/2009, do Excelentíssimo Advogado-Geral da União traça a diretriz a ser observada pelos órgãos jurídicos, no que concerne ao prazo de vigência do contrato, bem como dos seus aditivos, visando à verificação da ocorrência, ou não, da solução de continuidade:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 03/2009

Na análise dos processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo a sua prorrogação.

Indexação: contrato. prorrogação. ajuste. vigência. solução de continuidade extinção.

REFERÊNCIA: art. 57, inc. II, Lei nº 8.666, de 1993; Nota DECOR nº 57/2004-MMV; Acórdãos TCU 211/2008-Plenário e 100/2008-Plenário.

19. Nesse sentido, cumpre salientar que o Contrato nº 23/2011 foi assinado em 27 de junho de 2011 (fl. 476). Portanto, conforme a orientação normativa acima mencionada, **necessário se faz que a administração da ANS fique atenta para o fato de que o presente termo aditivo de prorrogação e deve ser celebrado até o dia 27 de junho de 2016, impreterivelmente, exatamente para não sofrer qualquer solução de continuidade, sob pena de se configurar a extinção do ajuste.**

20. O terceiro requisito também foi atendido como pode ser visto pela manifestação constante nos Ofício ADMCE 85/2016/NÚCLEO-CE/ANS de 26 de fevereiro de 2016 (fls. 499/499v), Despacho Núcleo/CE 06/2016 de 28 de março de 2016 (fls. 554/557) e Relatório 135/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 18 de abril de 2016.

21. Em referência a necessidade de demonstração da vantajosidade da prorrogação (item quarto), cumpre salientar que no presente caso foi verificado pela Administração da ANS que os preços e condições atuais são favoráveis à continuidade da contratação conforme pesquisa de preços realizada com empresas que atuam neste mercado e preços pesquisados de imóveis à disposição para alugar e imóveis alugados por órgãos públicos conforme especificado no item 4 do Despacho Núcleo/CE 06/2016 de 28 de março de 2016 (fls. 555/555v), notadamente nos seguintes pontos:

" Extrai-se do apurado no mapa comparativo que o preço mensal ofertado ao Núcleo Ceará pela Construtora ETEVALDO (R\$22.275,67) se demonstra abaixo dos valores pagos pelo órgão SDE (R\$24.651,71), pelas empresas Banco do Brasil (R\$22.785,07) e Regus Escritórios (R\$23.155,30), também locatárias de pavimento em mesmo edifício que se acha instalado o Núcleo CE..

". Observa-se ainda que o preço unitário do metro quadrado atual a ser considerado para a prorrogação contratual (R\$56,53) se encontra compatível com os preços praticados pelo setor imobiliário (R\$53,12; R\$59,68 e R\$60,00) em mesma avenida que se situa o Núcleo CE."

22. Registre-se ainda que o locador apresentou proposta em negociação com desconto de 10% visando a atender as especificações contidas no Decreto 8.540/2015, conforme declarado no item 5 do Despacho Núcleo/CE 06/2016 de 28 de março de 2016 (fl. 556) e carta do locador (fl. 537), **portanto a Administração deverá realizar por apostilamento o reajuste resguardado no subitem 1.2, bem como calcular o desconto oferecido de 10% pela locadora, ver carta de fl. 537.**

23. O presente exame tem fundamento na presunção de que os elementos técnicos utilizados pela Administração na pesquisa de preços são idôneos à verificação da vantajosidade de se manter a contratação atual.

24. Já quanto ao **quinto requisito**, informamos que a prorrogação contratual é ato bilateral, de natureza convencional, eis que depende da exteriorização da vontade das partes para que se aperfeiçoe validamente. Portanto, a pleiteada dilação do prazo de vigência só pode ocorrer se, e quando, houver anuência das partes (contratante e contratada), pois as modificações devem ser negociadas, não podendo ser impostas unilateralmente. Nesse sentido, **entendemos que a exigência em questão se encontra atendida** como pode ser visto pela manifestação de concordância da locadora com a presente prorrogação na Carta de fl. 537.

25. Para contratar com a Administração Federal, as empresas devem comprovar a regularidade fiscal e econômica. Essa verificação é realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (e outras certidões necessárias), conforme o art. 1º do Decreto nº 3.722/2001 e os arts 2º e 3º da nova IN 02/2010 do MPOG, que estabelecem normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG:

Decreto nº 3.722/2001

“Art. 1º O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal, na forma definida neste Decreto, mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais - SISG, nos termos do *Decreto nº 1.094, de 13 de março de 1994.*(Redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002)

IN 02/2010 do MPOG

Art. 2º O SICAF constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal, na forma do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, mantido pelos órgãos e entidades que compõem o SISG, nos termos do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994.

Art. 3º A habilitação dos fornecedores em licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos pertinentes à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, e a alienação e locação poderá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

26. Se a empresa não está cadastrada no SICAF, a ANS deve realizar o



cadastroamento nos termos do inciso II, §1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/2001 e §2º do art. 3º da IN SLTI/MPOG 02/2010:

Inciso II, §1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/2001

II - nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada. (Incluído pelo Decreto nº 4.485, de 2002)

§2º do art. 3º da IN SLTI/MPOG 02/2010

§ 2º Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o proponente homologado não estiver inscrito no SICAF, o seu cadastramento deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

27. Ressalte-se que não apenas o cadastramento é exigível para efetivar a contratação como deve ser verificada a regularidade no SICAF mensalmente antes do pagamento consoante do inciso I, §1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/2001 e §1º do art. 3º da IN SLTI/MPOG 02/2010:

Inciso I, §1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/2001

I - como condição necessária para emissão de nota de empenho, cada administração deverá realizar prévia consulta ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público; e (Incluído pelo Decreto nº 4.485, de 2002)

IN SLTI/MPOG 02/2010

§ 1º Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento a fornecedor, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

28. A Administração deverá portanto atender as normas descritas acima antes da contratação e verificar a ocorrência haja vista as recomendações nesse sentido já apostas nos anteriores Pareceres 45/2011/PROGE/GEADM e 142/2011/PROGE/GEADM (fls. 135137v e 148/150v).

29. Quanto ao sétimo requisito, vale registrar que a justificativa da prorrogação se encontra presente nos autos (fls. 554/557).

30. Os recursos orçamentários (8º item) para fazer face à despesa foram indicados por meio do documento Disponibilidade Orçamentária nº nº 127/2016/CPROR/GEFIN/GGAFI/DIGES, fl. 572.

31. O último item, a autorização para a prorrogação do contrato encontra-se no documento de fl. 574.

32. **A Administração ainda deverá realizar consulta à Superintendência de Patrimônio da União no Estado do Ceará - SPU/CE acerca da inexistência de imóvel que possa ser cedido à ANS com as características requeridas.**

DA MINUTA DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

33. Quanto à minuta do Termo Aditivo (fls. 565/565v), verifica-se que foi elaborada em conformidade às normas vigentes, merecendo aprovação, observando-se no que couber as recomendações deste Parecer.

34. **Ressalte-se que a Administração deverá realizar por apostilamento o reajuste resguardado no subitem 1.2, bem como calcular o desconto oferecido de 10% pela locadora, ver carta de fl. 537.**

CONCLUSÃO

35. Tendo em conta os elementos constantes dos autos, a Administração poderá levar a efeito a celebração do aditivo em questão, analisado nesta oportunidade, verificando-se a resolução da(s) questão(ões) exposta(s) acima no(s):

a) subitem(ns) 10/12 - a autorização da Diretoria Colegiada (aluguel mensal acima de 10.000 reais;

b) subitem(ns) 13/14 - a autorização da Diretoria Colegiada (valor da contratação acima de um milhão de reais e menor que 10 milhões;

c) subitem 22 - realizar por apostilamento o reajuste resguardado no subitem 1.2, bem como calcular o desconto oferecido de 10% pela locadora;

d) subitem(ns) 25/28 - condições de habilitação: inscrição e regularidade no SICAF (e outras certidões necessárias);


e) e subitem 32 - consulta à SPU/RJ acerca da inexistência de imóvel que possa ser cedido à ANS.

36. Sendo este o parecer, submeto-o à apreciação superior, sugerindo a remessa dos autos à Gerência-Geral de Administração e Finanças - GGAFI para ciência das considerações aqui aduzidas e adoção das providências que julgar cabíveis ao prosseguimento do feito.

Gerência de Consultoria Administrativa,

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2016.


DILSON JORGE MASCARENHAS DOS SANTOS
PROCURADOR FEDERAL
IAPE 1186373

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902094083201146 e da chave de acesso 9a55f754

580



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO - RIO
DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

DESPACHO n. 00073/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU

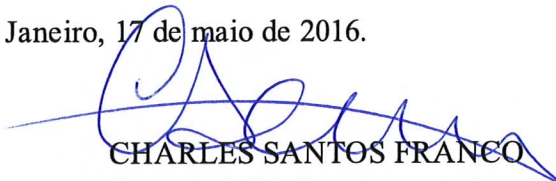
NUP: 33902.094083/2011-46

**INTERESSADOS: ANS - DIGES - GGAFI - GERÊNCIA GERAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

ASSUNTOS: LICITAÇÕES

1. De acordo com o Parecer nº 093/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU, da lavra do Procurador Federal Dr. DILSON JORGE MASCARENHAS DOS SANTOS.
2. Encaminhe-se ao Sr. Procurador Chefe.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.


CHARLES SANTOS FRANCO
GERENTE DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em
<http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP)
33902094083201146 e da chave de acesso 9a55f754

EM BRANCO



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
PROCURADORIA GERAL
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, 4º ANDAR CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

DESPACHO n. 00144/2016/PROGE/PFANS/PGF/AGU

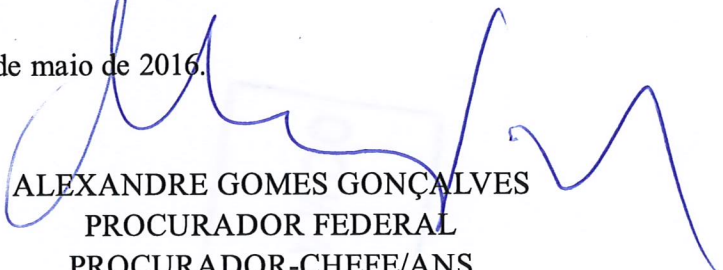
NUP: 33902.094083/2011-46

INTERESSADOS: ANS - DIGES - GGAFI - GERÊNCIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ASSUNTOS: LICITAÇÕES

1. Aprovo o Parecer nº 0093 e o Despacho nº 0073 /2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU.
2. Encaminhe-se à GGAFI/DIGES.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2016.


ALEXANDRE GOMES GONÇALVES
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADOR-CHEFE/ANS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902094083201146 e da chave de acesso 9a55f754



EM BRANCO